

Aluno: Maria Francisca da Silva**Matrícula:** 62694053351**Avaliação:** Olimpíada de Direito e Cidadania**Data:** 27/04/2026 08:00**Local:** Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Codó / Sala única**Acadêmico:** 2026 / Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Codó / 3ª série**Modelo de avaliação:** Olimpíada de Direito e Cidadania**Pontuação:** 24,50 / 30,00**Presence:** Presente**Status:** Finalizado**Legenda :** Correta Incorreto Anulada Discursiva**Código:** 4

Enunciado: Leia o texto a seguir: "*Imagine uma cidade sem nenhuma regra. Os carros andam em qualquer sentido, as lojas podem cobrar qualquer preço sem aviso, e quem tem mais força resolve os conflitos na base da violência. Não há polícia, não há tribunal, não há lei. Cada pessoa age como quer, independentemente do impacto que isso causa nos outros.*" Essa situação, embora fictícia, ajuda a entender por que o ser humano criou o Direito ao longo da história. Desde as primeiras civilizações, as sociedades perceberam que era necessário estabelecer normas para que a convivência fosse possível. O Direito surgiu exatamente como essa ferramenta: um conjunto de normas criadas e garantidas pelo Estado para organizar a vida em sociedade, proteger direitos e resolver conflitos de forma justa. Com base no texto e nos seus conhecimentos, analise as afirmativas abaixo: I. O Direito é um conjunto de normas criadas pelo Estado com o objetivo de organizar a convivência social e garantir a resolução pacífica dos conflitos. II. Sem o Direito, a tendência seria que os mais fortes impusessem sua vontade sobre os mais fracos, tornando impossível a existência de uma sociedade justa. III. As normas jurídicas são desnecessárias em sociedades pequenas e bem organizadas, pois a moralidade individual é suficiente para garantir a paz social. IV. O Direito tem como uma de suas funções proteger as pessoas mais vulneráveis, garantindo que mesmo quem tem menos poder econômico ou social tenha seus direitos reconhecidos. É correto o que se afirma em:

1

0,50/ 0,50

- A) Apenas I.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e IV.
- E) I, II, III e IV.

Código: 5

Enunciado: Em 1988, o Brasil viveu um momento histórico. Após mais de duas décadas de ditadura militar, em que direitos foram suspensos, pessoas foram presas sem julgamento, a imprensa foi censurada e a participação política foi proibida, o país promulgou uma nova Constituição. Ela foi escrita com ampla participação popular: cidadãos enviaram cartas, grupos organizados apresentaram propostas, e o texto final refletiu os anseios de um povo que queria liberdade, direitos e democracia. Por isso, ela ficou conhecida como a 'Constituição Cidadã'. Considerando o contexto histórico apresentado e o papel da Constituição Federal de 1988 na vida dos brasileiros, assinale a alternativa que melhor responde à seguinte pergunta: por que uma Constituição é considerada a norma mais importante de um país?

2

- A)** Porque a Constituição é o documento mais antigo do país e, por isso, deve ser respeitada por tradição histórica, independentemente de seu conteúdo.
- B)** Porque a Constituição foi escrita por juristas especializados, sendo superior às outras leis apenas do ponto de vista técnico, sem implicações políticas ou sociais.
- C)** Porque a Constituição é importante apenas nos períodos de transição política, perdendo relevância quando o país está em estabilidade democrática.
- D)** Porque a Constituição organiza o Estado, define direitos e deveres dos cidadãos e serve de base para todas as demais leis, nenhuma outra norma pode contradizê-la.
- E)** Porque a Constituição é criada diretamente pelo povo por meio de referendo, o que lhe confere legitimidade superior às leis aprovadas pelo Congresso.

0,50/ 0,50

Código: 6

Enunciado: Leia a situação abaixo: Yasmin tem 16 anos e mora em uma cidade do interior. Ela é excelente aluna, mas sua família passou por dificuldades financeiras e seus pais cogitaram tirá-la da escola para que ela começasse a trabalhar. Uma vizinha, que trabalhava em uma fábrica local, disse que havia vagas para menores de 16 anos no setor de limpeza, em horário noturno. Yasmin ficou confusa: ela queria ajudar a família, mas sabia que havia algo errado nessa proposta. Com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, avalie as afirmativas: I. O trabalho noturno é proibido para menores de 18 anos, conforme o artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal. II. O direito à educação é garantido constitucionalmente a todos os brasileiros, e o Estado tem o dever de assegurá-lo. III. Crianças e adolescentes têm proteção especial prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que veda qualquer trabalho a menores de 14 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dessa idade. IV. A Constituição Federal não proíbe o trabalho noturno de menores de 18 anos quando há consentimento dos pais ou responsáveis legais. Estão corretas apenas as afirmativas:

3

- A)** Apenas I.
- B)** I e II.
- C)** II e IV.
- D)** I, II e III.
- E)** I, III e IV.

0,50/ 0,50

Código: 7

Enunciado: "Democracia não é apenas o ato de votar de quatro em quatro anos. É um modo de viver em sociedade, em que as pessoas participam das decisões que afetam suas vidas, debatem ideias livremente, respeitam as diferenças e exigem que os governantes prestem contas. Uma democracia saudável precisa de cidadãos ativos — que reclamam, propõem, fiscalizam e se organizam. Sem participação, a democracia vira apenas um nome bonito." (Texto adaptado de material didático sobre educação para a democracia). A partir da leitura do texto e de seus conhecimentos sobre democracia e cidadania, considere as seguintes situações e identifique quais representam formas legítimas de participação democrática: I. Um grupo de pais que se organiza para participar do Conselho Escolar e debater melhorias na escola pública do bairro. II. Um jovem que publica nas redes sociais um pedido de melhorias no transporte público de sua cidade e organiza um abaixo-assinado online para entregar à prefeitura. III. Um grupo de moradores que ocupa ilegalmente um prédio público e destrói equipamentos para chamar atenção para a falta de moradia. IV. Uma associação de bairro que envia representantes para participar de audiências públicas na Câmara Municipal sobre o orçamento da cidade. São formas legítimas de participação democrática:

- A) Apenas I.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I, II e IV.
- E) I, II, III e IV.

4

0,50/ 0,50

Código: 8

Enunciado: Em uma escola de ensino médio, a professora de sociologia propôs um jogo de simulação chamado 'Estado em Ação'. Ela dividiu a turma em três grupos: o primeiro deveria criar regras para a escola; o segundo deveria executar essas regras no dia a dia; e o terceiro deveria julgar os casos em que as regras fossem descumpridas ou mal interpretadas. Ao final da dinâmica, a professora explicou que essa divisão reflete exatamente como o Estado brasileiro funciona. Com base na situação apresentada e nos seus conhecimentos sobre a organização dos poderes no Brasil, assinale a alternativa correta:

- A) O grupo que cria as regras representa o Poder Legislativo; o que executa representa o Poder Executivo; e o que julga os conflitos representa o Poder Judiciário, refletindo a separação dos poderes da Constituição Federal.
- B) O grupo que cria as regras representa o Poder Executivo; o que executa representa o Poder Judiciário; e o que julga representa o Poder Legislativo.
- C) O grupo que cria as regras representa o Poder Judiciário, pois os juízes têm o papel de definir o que é permitido ou proibido na sociedade.
- D) A divisão da professora não tem relação com o funcionamento do Estado, pois no Brasil o Poder Executivo concentra todas as três funções.
- E) Os três grupos têm funções equivalentes e intercambiáveis, pois no Estado democrático não há distinção rígida entre as funções de legislar, executar e julgar.

5

0,50/ 0,50

Código: 9

Enunciado: Leia o relato fictício abaixo: "*Quando meu filho foi preso injustamente, não tínhamos dinheiro para pagar um advogado particular. Achamos que íamos ficar sem defesa, que ninguém ia nos ajudar. Aí uma vizinha nos indicou a Defensoria Pública. No dia seguinte, uma defensora foi até a delegacia, conversou com meu filho, pediu a soltura dele e conseguiu. Eu nem sabia que esse serviço existia — e é gratuito, garantido pela Constituição.*" (Depoimento fictício inspirado em casos reais). Com base no relato e nos seus conhecimentos sobre as instituições do Estado brasileiro, analise as afirmativas: I. A Defensoria Pública é uma instituição prevista na Constituição Federal que garante assistência jurídica integral e gratuita às pessoas que não podem pagar por um advogado. II. A Defensoria Pública só atua em casos criminais, não podendo auxiliar em questões civis, trabalhistas ou de família. III. O acesso à Justiça é um direito fundamental, e a Defensoria Pública é um dos principais instrumentos para garantir esse acesso às populações mais vulneráveis. IV. Para ter acesso à Defensoria Pública, a pessoa precisa comprovar renda e situação de vulnerabilidade econômica, pois o serviço é restrito aos mais pobres. São corretas as afirmativas:

6

0,50/ 0,50

- A) Apenas I.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) II e IV.
- E) I, III e IV.

Código: 10

Enunciado: Leia a situação abaixo: "*Na escola estadual onde estuda Breno, de 15 anos, um colega começou a ser chamado de apelidos relacionados ao seu peso, todos os dias, por um grupo de alunos. As ofensas começaram na sala de aula e logo migraram para o grupo de WhatsApp da turma. O colega passou a faltar às aulas, deixou de participar das atividades e seus pais perceberam que ele estava se tornando cada vez mais retraído e triste. Breno via tudo, mas não sabia o que fazer — tinha medo de se tornar o próximo alvo se se posicionasse.*" Sobre a situação descrita, é correto afirmar: I. A situação configura bullying e cyberbullying, práticas que o Brasil combate por meio da Lei nº 13.185/2015 (Programa de Combate ao Bullying) e da Lei nº 13.663/2018, que tornou obrigatória a promoção de ambientes sem violência nas escolas. II. A omissão de Breno, embora compreensível pelo medo, representa uma forma de conivência com a violência — a cultura de paz exige que as pessoas se posicionem diante de injustiças, mesmo que indiretamente, como comunicando a um adulto de confiança. III. Como as ofensas também ocorreram em ambiente virtual, elas não têm consequências legais, pois o que acontece na internet é considerado "espaço privado". IV. A escola tem responsabilidade institucional de intervir em casos de bullying, não podendo tratar o caso como "coisa de adolescente" ou "briga entre alunos". São corretas as afirmativas:

7

0,00/ 0,50

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.
- E) I, II e IV.

Código: 11

Enunciado: Leia os dois textos a seguir e responda à questão: Texto 1: "Minha religião proíbe que eu coma carne às sextas-feiras. Isso é uma obrigação que sigo por convicção pessoal e fé, mas sei que meu vizinho, que tem outra crença, não precisa seguir essa mesma regra." Texto 2: "O Código de Trânsito Brasileiro determina que todos os motoristas devem usar cinto de segurança. Quem descumprir essa norma está sujeito a multa aplicada pelos agentes de trânsito." A partir da leitura dos dois textos, qual é a principal diferença entre uma norma religiosa e uma norma jurídica?

8



- A) A norma religiosa é mais importante que a jurídica, pois vem de uma autoridade divina que está acima do Estado.
- B) Não há diferença real entre elas, pois ambas buscam o mesmo objetivo: controlar o comportamento das pessoas.
- C) A norma religiosa é mais eficaz porque é seguida voluntariamente, enquanto a jurídica depende de fiscalização constante para ser cumprida.
- D) A norma jurídica é sempre escrita, enquanto a norma religiosa é sempre oral e transmitida pela tradição.
- ✓ E) A norma jurídica é criada ou reconhecida pelo Estado, aplica-se a todos independentemente de crenças, e seu descumprimento gera consequências impostas pelo Estado. A norma religiosa obriga apenas os que professam aquela crença e não possui sanção estatal.

0,50/ 0,50

Código: 12

Enunciado: Nas eleições de 2022, o Brasil teve mais de 156 milhões de eleitores cadastrados. Entre eles, havia jovens de 16 e 17 anos que votaram pela primeira vez. Muitos desses jovens relataram sentir que sua opinião 'finalmente contava', mesmo que o voto fosse opcional para eles. Ao mesmo tempo, pesquisas indicam que parte dos jovens entre 18 e 25 anos, para quem o voto é obrigatório, considera o ato de votar apenas uma obrigação burocrática, sem real significado político. Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre o sistema eleitoral brasileiro e o exercício da cidadania, analise as afirmativas: I. O voto é facultativo para os brasileiros de 16 e 17 anos e para os maiores de 70 anos, sendo obrigatório para os cidadãos entre 18 e 70 anos de idade. II. O fato de jovens de 16 e 17 anos considerarem o voto significativo demonstra que a participação política vai além da obrigatoriedade legal — ela está relacionada ao senso de pertencimento e responsabilidade com a sociedade. III. A obrigatoriedade do voto no Brasil é uma violação da liberdade individual, pois o cidadão deveria ter o direito de não participar das eleições sem qualquer consequência. IV. Votar é apenas uma das formas de exercer a cidadania — participar de conselhos, associações, manifestações pacíficas e debates públicos também são formas legítimas de participação política. São corretas as afirmativas:

9



- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- ✓ D) I, II e IV.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

0,50/ 0,50

Código: 13

Enunciado: Em um debate escolar, surgiu a seguinte situação: um estudante publicou em seu perfil pessoal nas redes sociais comentários ofensivos sobre a orientação sexual de um colega, usando linguagem agressiva e chamando outros para 'zoar' a vítima. Quando confrontado pela direção da escola, o estudante argumentou: 'Eu tenho liberdade de expressão. Posso falar o que quiser na internet. Isso é uma opinião pessoal, não é crime.' A diretora rebateu com calma, mas com firmeza. Qual é a resposta juridicamente correta que a diretora provavelmente deu, com base na Constituição Federal e nas leis brasileiras?

10
✓

- ✓ **A)** A diretora concordou com o aluno, pois a liberdade de expressão é absoluta e protege qualquer tipo de opinião, inclusive as ofensivas.
- B)** A diretora explicou que a liberdade de expressão é um direito constitucional, mas não é absoluta, pois ela encontra limites em outros direitos fundamentais, como a dignidade humana, a honra e a intimidade, podendo a conduta configurar crime inclusive quando praticada pela internet.
- C)** A diretora explicou que, por se tratar de rede social pessoal e não do ambiente escolar, a escola não tinha autoridade para intervir na situação.
- D)** A diretora explicou que o aluno só responderia legalmente se fosse maior de 18 anos, pois menores de idade têm imunidade total para o que publicam nas redes sociais.
- E)** A diretora concordou que a liberdade de expressão protege opiniões pessoais, mas advertiu o aluno apenas por questões de convivência escolar, sem mencionar consequências legais.

0,50/ 0,50

Código: 14

Enunciado: Leia o trecho constitucional e o comentário a seguir: "*Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*" *Muitos cidadãos desconhecem que a Constituição não apenas organiza o Estado, mas também declara os valores que devem orientar toda a vida pública e privada no Brasil. Esses fundamentos não são simples palavras – eles têm implicações práticas para leis, políticas públicas e decisões judiciais.* Considerando o texto constitucional e o comentário, analise as situações abaixo e identifique em qual(is) delas o princípio da dignidade da pessoa humana é diretamente invocável: I. Uma empresa que nega emprego a uma pessoa apenas por ela ser negra, sem qualquer justificativa técnica ou profissional. II. Um município que mantém pessoas em situação de rua sem oferecer qualquer serviço de acolhimento ou assistência social. III. Uma lei estadual que aumenta o imposto sobre veículos de luxo para financiar habitação popular. IV. Um hospital público que se nega a atender um paciente em situação de emergência por falta de documentos. A dignidade da pessoa humana é diretamente invocável nas situações:

11
✗

- A)** Apenas I.
- B)** I e II.
- ✗ **C)** II e IV.
- ✓ **D)** I, II e IV.
- E)** I, II, III e IV.

0,00/ 1,00

Código: 15

Enunciado: Em agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o acesso ao conteúdo de celular durante uma abordagem policial, sem autorização judicial, é ilegal e viola direitos fundamentais. A decisão gerou debate: de um lado, defensores dos direitos civis comemoraram; de outro, alguns setores da segurança pública argumentaram que isso dificultaria as investigações. O caso chegou ao STF porque um réu havia sido condenado com base em provas obtidas pelo acesso irregular ao seu celular. Considere a seguinte situação hipotética: Davi, 17 anos, foi abordado por policiais em um bairro periférico. Sem qualquer mandado judicial e sem que Davi estivesse em flagrante delito, os policiais exigiram acesso ao seu celular, argumentando que ele "tinha cara de suspeito". Davi se recusou. Os policiais insistiram e, mesmo assim, acessaram o aparelho à força. Com base nos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e na decisão do STF mencionada no texto, analise as alternativas:

12



- A) A conduta dos policiais foi legal, pois a segurança pública se sobrepõe ao direito à privacidade em qualquer circunstância, especialmente em bairros com alto índice de criminalidade.
- B) A conduta foi irregular, mas as provas eventualmente obtidas podem ser usadas normalmente no processo, pois o interesse público se sobrepõe ao direito individual à privacidade.
- C) A conduta foi legal porque Davi é menor de 18 anos e, portanto, não tem os mesmos direitos de privacidade que os adultos.
- D) A conduta foi legal, pois policiais em serviço têm prerrogativa de verificar qualquer objeto durante abordagens, independentemente de autorização judicial.
- ✓ E) A conduta dos policiais foi ilegal, pois viola o direito à inviolabilidade das comunicações e da privacidade, e qualquer prova obtida por esse meio é considerada ilícita, além de gerar responsabilidade civil e funcional para os agentes.

1,00/ 1,00

Código: 16

Enunciado: Em 2016, o Brasil viveu um processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Em 2023, o STF julgou e condenou pessoas envolvidas nos ataques de 8 de janeiro às sedes dos três poderes. Em ambos os casos, o sistema institucional brasileiro foi acionado para lidar com crises políticas e democráticas. Especialistas apontam que a existência de mecanismos de controle entre os poderes foi fundamental para que o país não mergulhasse em uma ruptura institucional mais grave. Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre o sistema de freios e contrapesos (checks and balances) no Brasil, avalie as afirmativas: I. O sistema de freios e contrapesos é o mecanismo pelo qual os três poderes se controlam mutuamente, evitando que qualquer um deles acumule poder de forma absoluta ou viole a Constituição. II. O processo de impeachment é um exemplo de controle do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo, previsto na própria Constituição Federal. III. O Poder Judiciário, ao julgar crimes cometidos por autoridades políticas, não está violando a separação dos poderes, mas sim exercendo sua função constitucional de aplicar a lei a todos, independentemente do cargo. IV. O sistema de freios e contrapesos só funciona em países com ditadura, pois em democracias os poderes não precisam se controlar mutuamente. São corretas as afirmativas:

13



1,00/ 1,00

- A) Apenas I.
- B) I e IV.
- ✓ C) I, II e III.
- D) II e III.
- E) I, II, III e IV.

Código: 17

Enunciado: Em uma cidade do interior de Minas Gerais, moradores descobriram que a prefeitura pretendia construir um aterro sanitário a 500 metros de uma área residencial, sem consultar a população. Um grupo de jovens, estudantes do ensino médio, decidiu agir. Eles pesquisaram a legislação, descobriram que havia uma audiência pública obrigatória prevista em lei para esse tipo de obra, e mobilizaram 3.000 assinaturas de moradores contrários ao projeto. Levaram tudo para a Câmara Municipal e conseguiram suspender a construção até que estudos de impacto ambiental fossem realizados. Com base no texto e nos instrumentos de participação democrática previstos na Constituição Federal e em legislações complementares, responda: quais mecanismos os jovens utilizaram, e qual a importância desses instrumentos para a democracia?

14



- A)** Os jovens utilizaram o direito de petição e a participação em audiências públicas, instrumentos de democracia participativa que permitem aos cidadãos influenciar diretamente nas decisões do poder público, independentemente de idade.
- B)** Os jovens utilizaram o referendo popular e a iniciativa legislativa estadual, mecanismos exclusivos de adultos maiores de 18 anos, razão pela qual a ação deles não teria validade jurídica.
- C)** Os jovens não utilizaram nenhum mecanismo democrático legítimo, pois a coleta de assinaturas sem registro em cartório não tem validade jurídica no Brasil.
- D)** Os jovens utilizaram o plebiscito local, um instrumento que só pode ser convocado pelo prefeito municipal, razão pela qual a ação deles foi inconstitucional.
- E)** Os jovens utilizaram apenas o direito à informação, que não tem eficácia jurídica suficiente para suspender obras públicas aprovadas pelo Executivo municipal.

1,00/ 1,00

Código: 18

Enunciado: Após uma série de denúncias de irregularidades em contratos públicos de uma prefeitura do Nordeste, o Ministério Público Estadual instaurou um inquérito civil para investigar os fatos. Paralelamente, o Tribunal de Contas do Estado foi acionado para auditar as contas do município. A prefeitura argumentou que o MP não tinha legitimidade para investigar atos do Executivo municipal, pois isso seria 'interferência política'. Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre as instituições do Estado brasileiro, analise as afirmativas: I. O Ministério Público tem autonomia funcional e institucional, não sendo subordinado a nenhum dos três poderes, e pode investigar atos do poder público em defesa do interesse social e da ordem jurídica. II. O argumento da prefeitura de que o MP estaria fazendo "interferência política" é juridicamente equivocado, pois a fiscalização da administração pública é exatamente uma das funções constitucionais do MP e dos Tribunais de Contas. III. Os Tribunais de Contas são órgãos do Poder Judiciário e têm competência para julgar criminalmente os gestores públicos acusados de corrupção. IV. A existência de instituições independentes como o MP e os Tribunais de Contas é fundamental para o controle democrático do uso dos recursos públicos. São corretas as afirmativas:

15



- A)** I e II.
- B)** I, II e IV.
- C)** II e III.
- D)** I, II, III e IV.
- E)** III e IV.

0,00/ 1,00

Código: 19

Enunciado: Leia a situação abaixo com atenção: "Carolina, estudante da 2ª série do ensino médio, é filha de pais separados. Sua mãe, com quem ela mora, começou a proibir que o pai tivesse contato com Carolina, sem qualquer decisão judicial nesse sentido. O pai tentou buscar ajuda, mas não sabia a quem recorrer. Um amigo advogado explicou que havia uma lei específica para isso, e que o que a mãe estava fazendo poderia ser considerado crime." Com base nos direitos da criança e do adolescente e nas leis brasileiras, qual é a lei mencionada pelo amigo advogado, e o que ela determina?

16


A) A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que protege a criança de situações de violência doméstica e pode ser aplicada quando um dos genitores impede o contato com o outro.

B) A Lei de Alienação Parental, que caracteriza como alienação parental o ato de um dos genitores dificultar ou impedir, sem justificativa, o convívio da criança com o outro genitor, podendo gerar sanções como a reversão da guarda.

C) O Código Civil Brasileiro, que determina que apenas o pai tem o direito legal de conviver com os filhos, podendo processar a mãe caso ela impeça esse contato.

D) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina que a criança pode escolher com qual dos pais quer conviver a partir dos 12 anos, sem necessidade de decisão judicial.

E) A Lei de Responsabilidade Fiscal, que pode ser aplicada quando um genitor causa danos patrimoniais ao filho ao impedir o outro de contribuir com sua criação.

1,00/ 1,00

Código: 20

Enunciado: Durante uma aula sobre a Constituição Federal, a professora Helena explicou que o Brasil é formado por três entes federativos autônomos: a União, os Estados (e o Distrito Federal) e os Municípios. Cada um tem suas próprias competências, receitas e responsabilidades. Um aluno perguntou: 'Mas então quem manda mais: o prefeito, o governador ou o presidente?' A professora respondeu que a resposta não é simples assim. Com base nos princípios do federalismo brasileiro, analise a resposta mais adequada da professora:

17

A) O presidente da República manda mais em todas as situações, pois a União é hierarquicamente superior aos estados e municípios em qualquer matéria.

B) O governador manda mais que o prefeito, pois os estados são mais importantes que os municípios na estrutura federativa brasileira.

C) O Supremo Tribunal Federal é quem efetivamente manda mais no Brasil, pois pode anular qualquer decisão do presidente, do governador ou do prefeito.

D) O presidente, o governador e o prefeito têm exatamente as mesmas competências, apenas em escalas geográficas diferentes.



E) No federalismo brasileiro, cada ente federativo tem autonomia e competências próprias definidas na Constituição Federal, sem hierarquia rígida de "quem manda mais", pois cada um atua em sua esfera específica de atuação.

1,00/ 1,00

Código: 21

Enunciado: Em uma escola pública de São Paulo, alunos de diferentes origens étnicas, religiosas e socioeconômicas convivem diariamente. A direção da escola propôs a criação de um 'Comitê de Convivência', formado por alunos voluntários, para mediar conflitos entre colegas antes que precisassem de intervenção de adultos. A ideia foi inspirada no conceito de 'justiça restaurativa', uma abordagem que busca reparar os danos causados por conflitos por meio do diálogo, da empatia e da responsabilização, em vez de apenas punir os envolvidos. Com base no texto e nos princípios de ética, responsabilidade social e cultura de paz, avalie as afirmativas: I. A justiça restaurativa é uma abordagem que complementa — e não substitui — o sistema formal de justiça, focando na reparação dos danos e na reconstrução das relações, em vez de apenas punir. II. A criação de um comitê de mediação de conflitos em escolas vai contra os princípios democráticos, pois apenas adultos têm capacidade de mediar conflitos de forma justa. III. A cultura de paz envolve não apenas a ausência de violência física, mas também o combate à violência verbal, psicológica e simbólica, promovendo o respeito à diversidade e a resolução pacífica de conflitos. IV. Responsabilizar-se pelos próprios atos e buscar reparar os danos causados aos outros é um componente essencial tanto da ética pessoal quanto da cultura de paz coletiva. São corretas as afirmativas:

18

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

1,00/ 1,00

Código: 22

Enunciado: Imagine que o Brasil não tivesse uma hierarquia entre as leis. Uma lei municipal poderia contrariar uma lei federal, que por sua vez poderia contradizer a Constituição. Os juízes não saberiam qual norma aplicar, os cidadãos não saberiam quais regras seguir, e o caos jurídico seria inevitável. Por isso, o ordenamento jurídico brasileiro é organizado de forma hierárquica, como uma pirâmide: no topo está a Constituição Federal; abaixo dela, as leis complementares e ordinárias; depois, os decretos e regulamentos; e, por fim, as normas de menor hierarquia, como portarias e instruções normativas. Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre a hierarquia das normas jurídicas no Brasil, analise as situações abaixo e identifique aquela em que há conflito normativo que deve ser resolvido pela supremacia constitucional:

19

- A) Um decreto municipal que regulamenta o horário de funcionamento de bares locais, em consonância com a lei estadual de silêncio.
- B) Uma portaria do Ministério da Educação que define o calendário escolar para escolas federais, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- C) Um regulamento interno de uma empresa privada que define os critérios de promoção de seus funcionários, em acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- D) Uma lei estadual que proíbe a criação de partidos políticos em seu território, contrariando o direito ao pluralismo político previsto na Constituição Federal.
- E) Um acordo coletivo de trabalho firmado entre sindicato e empresa, estabelecendo benefícios adicionais aos previstos na CLT.

1,00/ 1,00

Código: 23

Enunciado: O Brasil tem uma das maiores redes de proteção social do mundo, ao menos no papel. A Constituição de 1988 instituiu um sistema de seguridade social composto por saúde, previdência social e assistência social. No entanto, a distância entre o que está escrito na Constituição e o que os cidadãos efetivamente recebem ainda é enorme. Filas no SUS, ausência de creches públicas, falta de saneamento básico em bairros periféricos. Esses são sinais de que os direitos sociais, embora constitucionalmente garantidos, ainda estão longe de ser universalmente assegurados. Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre direitos sociais e a função do Estado, avalie as afirmativas: I. Os direitos sociais, como saúde, educação e assistência social, estão previstos na Constituição Federal e impõem ao Estado o dever de agir ativamente para garanti-los, não basta que o Estado "não atrapalhe", ele precisa prover. II. A distância entre o texto constitucional e a realidade vivida pelos cidadãos representa um desafio central para a democracia brasileira, frequentemente chamado de problema de efetividade constitucional. III. Como os direitos sociais dependem de recursos financeiros para serem implementados, o Estado pode simplesmente deixar de fornecê-los sem qualquer consequência jurídica, pois se tratam de normas programáticas sem força vinculante. IV. O cidadão que tem negado seu direito a uma vaga em creche pública, por exemplo, pode recorrer ao Poder Judiciário para exigir que o Estado cumpra sua obrigação constitucional. São corretas as afirmativas:

20



1,00/ 1,00

- A)** I, II e IV.
B) I e III.
C) II e III.
D) III e IV.
E) I e II.

Código: 24

Enunciado: Em outubro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Marco Temporal para demarcação de terras indígenas. O caso gerou intenso debate: de um lado, povos indígenas e organizações de direitos humanos argumentavam que a tese violava direitos originários garantidos pela Constituição; de outro, ruralistas e governos estaduais defendiam a segurança jurídica das propriedades rurais. O STF, por maioria, decidiu que o Marco Temporal era inconstitucional, mas o Congresso Nacional aprovou legislação tentando manter a tese. O embate entre os poderes sobre o tema continua até hoje. Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre os direitos dos povos indígenas na Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas: I. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. II. O conceito de "direitos originários" sobre as terras indígenas significa que esses direitos existem antes e independentemente do reconhecimento formal pelo Estado. A demarcação é um ato declaratório, não constitutivo. III. O caso descrito ilustra um conflito entre os Poderes Legislativo e Judiciário, e demonstra que, em um Estado Democrático de Direito, é o Congresso que tem a palavra final sobre a interpretação da Constituição. IV. A tensão entre o direito à terra dos povos indígenas e os interesses do agronegócio é um exemplo concreto de como direitos fundamentais podem entrar em conflito, exigindo que o Estado pondere e decida com base em princípios constitucionais. São corretas as afirmativas:

21



1,50/ 1,50

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, II, III e IV.
- E) III e IV.

Código: 25

Enunciado: Em 2023, o Congresso Nacional aprovou a PEC da Transição, que alterou regras fiscais. Em paralelo, o STF tomou diversas decisões de grande impacto político e econômico, gerando críticas de parlamentares que alegavam 'ativismo judicial'. O debate sobre os limites do Poder Judiciário, especialmente do STF, em relação ao Legislativo e ao Executivo é um dos mais acalorados da política constitucional brasileira. Alguns defendem que o STF deve se limitar a aplicar a lei; outros argumentam que o tribunal tem o papel de proteger a Constituição, mesmo que isso signifique contrariar maiorias parlamentares. Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre o papel do Poder Judiciário e o conceito de ativismo judicial, analise as afirmativas: I. O ativismo judicial ocorre quando o Poder Judiciário vai além de sua função típica de aplicar a lei e passa a criar normas ou tomar decisões com forte impacto político, assumindo um papel que a teoria constitucional clássica reserva ao Legislativo. II. A existência de debate sobre os limites do STF é saudável e faz parte da dinâmica democrática — o equilíbrio entre os poderes é um processo permanente, não uma fórmula definitiva. III. Uma decisão do STF que declara inconstitucional uma lei aprovada por ampla maioria no Congresso é sempre um ato antidemocrático, pois contraria a vontade popular expressa pelos representantes eleitos. IV. A função contramajoritária do STF (proteger direitos fundamentais mesmo contra decisões da maioria) é uma característica essencial das democracias constitucionais modernas, que evita a "tirania da maioria". São corretas as afirmativas:

22



1,50/ 1,50

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.
- ✓ E) I, II e IV.

Código: 26

Enunciado: Em 1993, o Congresso Nacional aprovou uma Proposta de Emenda Constitucional que propunha a supressão do voto direto e a instituição de eleições indiretas para presidente da República. A proposta foi imediatamente questionada por juristas, que argumentaram ser ela absolutamente inviável do ponto de vista constitucional, independentemente do número de votos que obtivesse no Congresso. Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre as cláusulas pétreas da Constituição Federal de 1988, explique por que a PEC descrita seria inconstitucional, e identifique a alternativa correta:

23


A) A PEC seria inconstitucional apenas se não obtivesse a aprovação de dois terços dos membros de cada Casa do Congresso, pois esse é o quórum necessário para qualquer emenda constitucional.

B) A PEC seria inconstitucional porque a Constituição Federal veda expressamente qualquer proposta de emenda que tenda a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico, que é uma das cláusulas pétreas, que representa o núcleo imutável da Constituição.

C) A PEC seria inconstitucional apenas se o STF entendesse que a maioria da população é contrária à mudança, pois a soberania popular é o único limite real às emendas constitucionais.

D) A PEC seria constitucional, pois o Congresso Nacional tem poder constituinte derivado ilimitado, podendo alterar qualquer parte da Constituição desde que respeitados os procedimentos formais.

E) A PEC seria inconstitucional apenas durante períodos de estado de sítio ou estado de defesa, nos quais a Constituição não pode ser emendada.

1,50/ 1,50

Código: 27

Enunciado: Em 2005, o Brasil realizou o primeiro referendo de sua história republicana recente: a população foi chamada a decidir sobre a proibição da venda de armas de fogo e munição para civis. O resultado surpreendeu: 63,9% dos eleitores votaram contra a proibição. O resultado gerou debates intensos: de um lado, movimentos sociais que esperavam pela aprovação; de outro, analistas que ressaltaram que o povo havia se manifestado democraticamente. Alguns críticos questionaram se o eleitorado tinha informação suficiente para decidir sobre um tema tão complexo. Com base no texto e nos instrumentos de democracia direta previstos na Constituição Federal, analise as afirmativas: I. O referendo é um instrumento de democracia direta pelo qual o povo é convocado a ratificar ou rejeitar uma decisão já tomada pelo poder público, diferenciando-se do plebiscito, em que a consulta ocorre antes da decisão. II. O resultado do referendo de 2005 demonstra que, em uma democracia, a decisão do povo deve ser respeitada mesmo quando contraria a posição de setores especializados ou de movimentos sociais organizados. III. A crítica de que o eleitorado "não tinha informação suficiente" é uma justificativa constitucional válida para anular o resultado de um referendo, pois a qualidade da decisão democrática depende do nível de informação dos votantes. IV. A democracia participativa, que inclui instrumentos como o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular, é um complemento à democracia representativa, não sua substituta, e está prevista no artigo 14 da Constituição Federal. São corretas as afirmativas:

24



1,50/ 1,50

A) I e II.

B) II e III.

C) III e IV.

D) I, II e III.

 E) I, II e IV.

Código: 28

Enunciado: Em 2019, o Brasil foi palco de um episódio que reacendeu o debate sobre liberdade de imprensa e democracia: jornalistas investigativos publicaram informações sigilosas obtidas de investigações em curso, gerando reações do governo federal. O caso levantou questões sobre os limites da liberdade de imprensa, o direito à informação e o papel da mídia como 'quarto poder' informal em uma democracia. Ao mesmo tempo, críticos apontavam que parte da mídia tinha interesses próprios e não exercia um jornalismo verdadeiramente independente. Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre liberdade de imprensa, direito à informação e o papel das instituições na democracia, avalie as afirmativas: I. A liberdade de imprensa e o direito à informação são garantias constitucionais previstas no artigo 5º, XIV e no artigo 220 da CF/88, fundamentais para o funcionamento da democracia. II. A imprensa é frequentemente chamada de "quarto poder" informal porque, embora não seja um poder estatal, exerce uma função de controle e fiscalização dos poderes públicos, contribuindo para a transparência e o *accountability* democrático. III. O fato de que parte da mídia pode ter interesses econômicos ou políticos próprios significa que a liberdade de imprensa deve ser restringida pelo Estado para garantir uma informação "neutra" e "correta" aos cidadãos. IV. O pluralismo informativo, a existência de múltiplas vozes e veículos de comunicação com diferentes perspectivas, é mais eficaz para garantir a qualidade da informação democrática do que a regulação estatal do conteúdo jornalístico. São corretas as afirmativas:

25
X

0,00/ 1,50

- A) I e II.
- B) II e III.
- ✓ C) I, II e IV.
- D) I, II e III.
- X E) I, III e IV.

Código: 29

Enunciado: Em 2023, uma pesquisa do Instituto Locomotiva revelou que 7 em cada 10 brasileiros já presenciaram algum episódio de racismo, mas apenas 2 em cada 10 entrevistados na situação. O estudo aponta o 'efeito espectador' como um dos maiores obstáculos ao combate ao racismo no Brasil: a tendência de as pessoas não agirem diante de uma injustiça quando há outras pessoas presentes, esperando que 'alguém faça algo'. Especialistas alertam que a omissão coletiva diante do racismo contribui para sua perpetuação. Com base no texto e nos princípios de ética, responsabilidade social e leis antirracismo no Brasil, assinale a alternativa correta:

26



A) O racismo, embora moralmente reprovável, não é considerado crime no Brasil, pois trata-se de uma contravenção penal sujeita apenas a multa, sem possibilidade de prisão do agressor.

B) A omissão diante de um ato racista nunca gera consequências éticas ou legais para quem presencia a situação, pois a lei brasileira só pune quem pratica a discriminação diretamente e de forma intencional.

C) O racismo é crime inafiançável e imprescritível, e seu combate exige não apenas a punição individual dos agressores, mas também políticas públicas, educação antirracista e transformações culturais, já que a omissão coletiva diante de injustiças também tem implicações éticas e legais.

D) Por ser um problema de ordem cultural, o racismo não pode ser combatido por meio do Direito, mas apenas a educação informal e a mudança de valores individuais são capazes de erradicá-lo, tornando as leis antirracismo ineficazes por natureza.

E) O "efeito espectador" descrito na pesquisa demonstra que a responsabilidade pelo racismo recai exclusivamente sobre o agressor direto, eximindo completamente de qualquer responsabilidade moral ou legal aqueles que presenciaram e não agiram.

1,50/ 1,50

Código: 30

Enunciado: No Brasil, as normas jurídicas podem ser classificadas de diferentes formas. Uma distinção fundamental é entre normas de Direito Público e normas de Direito Privado. O Direito Público regula as relações em que o Estado é parte ou tem interesse direto, como o Direito Constitucional, o Direito Penal e o Direito Administrativo. O Direito Privado regula as relações entre particulares, como o Direito Civil e o Direito Comercial. Essa distinção, porém, não é absoluta: há situações em que normas de Direito Público interferem nas relações privadas para proteger partes mais vulneráveis, como consumidores, trabalhadores e crianças. Com base no texto, considere as quatro situações a seguir: um cidadão que recebe uma multa de trânsito aplicada pelo poder público; dois amigos que fazem um contrato de compra e venda de um carro entre si; o governo federal que desapropria um terreno particular para construir uma escola pública; uma empresa privada que celebra um contrato de prestação de serviços com outra empresa. Assinale a alternativa que classifica corretamente cada situação entre Direito Público (DP) e Direito Privado (DPr):

27



A) Situação 1 – DP; Situação 2 – DPr; Situação 3 – DP; Situação 4 – DPr.

B) Situação 1 – DPr; Situação 2 – DP; Situação 3 – DP; Situação 4 – DPr.

C) Situação 1 – DP; Situação 2 – DP; Situação 3 – DPr; Situação 4 – DPr.

D) Situação 1 – DPr; Situação 2 – DPr; Situação 3 – DP; Situação 4 – DP.

E) Situação 1 – DP; Situação 2 – DPr; Situação 3 – DPr; Situação 4 – DP.

1,50/ 1,50

Código: 31

Enunciado: Em 2021, o presidente da República, por decreto, tentou alterar regras sobre o licenciamento ambiental que haviam sido estabelecidas por lei aprovada pelo Congresso Nacional. Ambientalistas e parlamentares contestaram a medida, alegando que o presidente havia ultrapassado os limites de sua competência constitucional. O caso chegou ao Judiciário, que precisou analisar se o ato do Executivo era compatível com a Constituição e com a legislação vigente. Considerando o episódio descrito e os princípios constitucionais que regem a organização dos poderes no Brasil, assinale a alternativa que melhor analisa a situação:

28



A) A conduta do presidente foi legítima, pois o chefe do Poder Executivo tem competência para editar decretos sobre qualquer matéria de interesse público, inclusive revogando leis do Congresso quando julgar necessário à boa administração do país.

B) A conduta foi irregular apenas do ponto de vista político, sem qualquer violação jurídica, pois o decreto presidencial e a lei do Congresso têm a mesma hierarquia normativa e podem coexistir no ordenamento jurídico.

C) A conduta foi constitucional, pois o presidente pode usar decretos para suspender temporariamente leis do Congresso em situações de interesse nacional, desde que o Senado Federal seja comunicado no prazo de trinta dias.

D) A conduta do presidente foi regular, pois o Poder Executivo tem função normativa própria que lhe permite alterar qualquer norma infraconstitucional por decreto, independentemente de autorização do Legislativo.

E) A conduta do presidente violou o princípio da legalidade administrativa e a separação dos poderes, pois decretos presidenciais são normas infralegais que não podem revogar ou alterar leis aprovadas pelo Congresso, cabendo ao Judiciário verificar essa compatibilidade.

1,50/ 1,50

Código: 32

Enunciado: Em vários países do mundo, incluindo o Brasil, pesquisadores têm observado o fenômeno chamado de 'erosão democrática', um processo em que a democracia não é derrubada por um golpe repentino, mas vai sendo enfraquecida gradualmente por dentro: líderes eleitos que atacam instituições, minam a independência do Judiciário, colocam sob suspeita o sistema eleitoral sem provas, censuram a imprensa ou usam o poder para perseguir adversários. Estudiosos como Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, no livro 'Como as Democracias Morrem', alertam que essa forma de erosão é mais comum e difícil de combater do que os golpes militares tradicionais. A partir da leitura do texto e dos seus conhecimentos sobre democracia e participação social, assinale a alternativa correta:

29



A) A erosão democrática é um fenômeno exclusivo de países com democracias jovens e instáveis, não representando risco real para nações com longa tradição democrática, como Estados Unidos e países da Europa Ocidental.

B) A independência das instituições e a participação ativa dos cidadãos por meio do voto consciente, da fiscalização dos governantes e da defesa do Estado Democrático de Direito, são pilares fundamentais para prevenir a erosão democrática, que pode ocorrer em qualquer democracia.

C) Um governante eleito democraticamente possui legitimidade plena para concentrar poderes, enfraquecer instituições de controle e restringir a imprensa, pois seu mandato representa a vontade soberana do povo, que deve prevalecer sobre qualquer limite institucional.

D) A erosão democrática só pode ser combatida por meio de intervenção militar, pois os mecanismos civis de controle são insuficientes para frear líderes que usam o próprio sistema democrático para enfraquecê-lo de dentro.

E) Como a erosão democrática ocorre de forma gradual e dentro das regras formais do sistema, ela não configura nenhuma violação constitucional e, portanto, não pode ser contestada juridicamente por cidadãos ou instituições.

1,50/ 1,50

Código: 33

Enunciado: Em 2016, o Supremo Tribunal Federal julgou um dos casos mais debatidos da história recente do direito brasileiro: o HC 126.292, em que por maioria de votos decidiu que a execução da pena poderia ser iniciada após a condenação em segunda instância, antes do trânsito em julgado. A decisão gerou forte controvérsia: para uns, era uma medida necessária para combater a impunidade; para outros, violava frontalmente o princípio da presunção de inocência previsto na Constituição. Em 2019, o STF revisou sua posição, reafirmando que a execução da pena só pode ocorrer após o esgotamento de todos os recursos, o chamado trânsito em julgado. Com base no episódio descrito e nos seus conhecimentos sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa que apresenta a análise mais completa e juridicamente correta da situação:

30
X

- A)** A decisão de 2016 foi plenamente constitucional e não gerou qualquer controvérsia jurídica relevante, pois o combate à impunidade é um valor que sempre se sobrepõe ao princípio da presunção de inocência em um Estado Democrático de Direito.
- B)** O princípio da presunção de inocência é uma garantia meramente processual, sem aplicação prática real, razão pela qual qualquer decisão que autorize a execução antecipada da pena é automaticamente válida, independentemente do texto constitucional.
- C)** A reversão da posição do STF em 2019 foi um erro institucional grave, pois demonstrou que o tribunal cede à pressão política em detrimento da eficiência do sistema de justiça criminal, o que compromete o combate à corrupção no país.
- ✓ **D)** A decisão de 2016 era constitucionalmente questionável, pois é expressamente vedado a consideração de culpa antes do trânsito em julgado.
- X **E)** Como o STF é o guardião da Constituição, qualquer decisão por ele proferida é automaticamente constitucional, de modo que tanto a decisão de 2016 quanto a de 2019 são igualmente válidas e não podem ser contestadas por nenhum outro órgão ou cidadão.

0,00/ 1,50



2026



16440010011

ALUNO: MARIA FRANCISCA DA SILVA

CÓDIGO: 62694053351

AVALIAÇÃO: Olimpíada de Direito e Cidadania

VALOR: 30.00 pontos

ANO: 2026

PROFESSOR: -

ESCOLA: Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia

DATA: 27/04/2026 08:00

SALA: -

TURNO: Manhã

ESCOLA: Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Codó

MODELO: Olimpíada de Direito e Cidadania

Assine conforme o documento de identidade:

Maria Francisca da Silva

■ A B C D E

1 ○ ○ ○ ● ○

2 ○ ○ ○ ● ○

3 ○ ○ ○ ● ○

4 ○ ○ ○ ● ○

5 ● ○ ○ ○ ○

6 ○ ● ○ ○ ○

7 ○ ○ ○ ● ○

8 ○ ○ ○ ○ ●

■

■ A B C D E

9 ○ ○ ○ ● ○

10 ○ ● ○ ○ ○

11 ○ ○ ● ○ ○

12 ○ ○ ○ ○ ●

13 ○ ○ ● ○ ○

14 ● ○ ○ ○ ○

15 ○ ○ ○ ○ ●

16 ○ ● ○ ○ ○

■

■ A B C D E

17 ○ ○ ○ ○ ●

18 ○ ○ ○ ● ○

19 ○ ○ ○ ● ○

20 ● ○ ○ ○ ○

21 ○ ○ ● ○ ○

22 ○ ○ ○ ○ ●

23 ○ ● ○ ○ ○

24 ○ ○ ○ ○ ●

■

■ A B C D E

25 ○ ○ ○ ○ ●

26 ○ ○ ● ○ ○

27 ● ○ ○ ○ ○

28 ○ ○ ○ ○ ●

29 ○ ● ○ ○ ○

30 ○ ○ ○ ○ ●

■